

O Lugar Do Brasil Na Política Externa De Arturo Frondizi

Leonardo da Rocha Botega¹

Resumo: O presente artigo tem como temática A política externa de Arturo Frondizi e a relação com o Brasil. Tem como delimitação temporal o governo do presidente argentino Arturo Frondizi, entre 1958 e 1962, e como delimitação espacial as relações estabelecidas entre os dois maiores países da região do Cone-Sul da América Latina. Assim, o presente trabalho se insere no campo da história política das relações internacionais, mais especificamente na intersecção da história das relações internacionais latino-americanas com a história política. Tendo como objetivo identificar o papel que o Brasil tinha na política externa frondizista, busca-se uma alternativa ao debate das teorias tradicionais da história política que ao analisar as relações internacionais analisa de forma estanque a separação entre o contexto interno e o contexto externo na elaboração das políticas exteriores. Aqui, parti-se da consideração de Pierre Milza (2003) de que nas análises de relações internacionais não se pode perder de vista que “não há natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas interações evidentes entre um e outro, com primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo” (p.370). Tal consideração nos propõe uma metodologia ancorada na compreensão dialética das relações entre o contexto interno da Argentina no período do governo Frondizi e a projeção de sua política externa no concerto internacional.

Neste sentido, defende-se que foi a partir do projeto *desarrollista*, que tinha como matriz ideológica a crença na industrialização como a chave para superação do subdesenvolvimento e da crise econômica argentina, o governo Frondizi definiu seu modelo de inserção internacional. Este modelo foi pautado pela afirmação da soberania nacional a partir dos princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, pela busca do desenvolvimentismo, pela universalização das relações comerciais, pela crítica a deterioração dos termos de troca, pelo desejo de industrialização e pela busca da integração latino-americana. Esta busca pela integração latino-americana é que revelava a política regional do governo Frondizi.

Desta forma, pode-se concluir que na política externa frondizista, o Brasil, como maior país da América Latina e com uma economia em forte crescimento nos anos 1950, tinha um papel fundamental. É justamente este papel que pretendemos destacar no presente texto. Aqui, procurar-se-á analisar o lugar que o Brasil ocupava na estratégia de inserção internacional argentina, dando destaque aos diferentes momentos no processo de aproximação ocorrido entre os dois países até a queda do presidente Frondizi em 29 de março de 1962.

Palavras Chaves: Governo Frondizi, Política Externa Frondizista, Brasil.

Introdução

O governo de Arturo Frondizi, na Argentina, entre 1958 e 1962, representou um momento importante na história daquele país. Após um intenso período em que os governos se pautaram pela polarização ideológica, entre o peronismo e o anti-peronismo, o presidente Frondizi tentou consolidar uma nova proposta política, o *desarrollismo*. Tal proposta tinha como matriz ideológica a crença na industrialização como a chave para superação do subdesenvolvimento e da crise econômica argentina.

A partir do projeto *desarrollista*, a Argentina passou a adotar um novo modelo de inserção internacional. Este modelo pautado pela afirmação da soberania nacional a partir dos princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, pela busca do desenvolvimentismo, pela universalização das relações comerciais, pela crítica a deterioração dos termos de troca, pelo desejo de industrialização e pela busca da integração latino-americana.

Esta busca pela integração latino-americana é que revelava a política regional do governo Frondizi. Nesta política, o Brasil, como maior país da América Latina e com uma economia em forte crescimento nos anos 1950, tinha um papel fundamental. É justamente este papel que pretendemos destacar no presente texto. Aqui, procurar-se-á analisar o lugar que o Brasil ocupava na estratégia de inserção internacional argentina, dando destaque aos diferentes momentos no processo de aproximação ocorrido entre os dois países até a queda do presidente Frondizi em 29 de março de 1962.

Para tal fim cabe destacar que este trabalho situa-se na intersecção da história das relações internacionais latino-americanas com a história política. Porém, aqui se entende a história política fugindo de sua acepção tradicional, pautada pelo nacionalismo das historiografias *positivista* e *historicista*, buscando uma história política que, conforme René Rémond, não se feche em si mesmo e nem se distancie da realidade da disciplina histórica e de seu constante movimento.²

Para Milza (2003) nas análises de relações internacionais não se pode perder de vista que “não há natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas interações evidentes entre um e outro, com primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo” (p.370). Assim, buscou-se compreender a política externa frondizista a partir do duplo movimento de afirmação do seu programa *desarrollista*: internamente, buscando ser uma alternativa a polarização peronismo – anti-peronismo; e no cenário internacional, como uma inserção ativa na busca dos objetivos do projeto de industrialização da Argentina.

Assim, buscando reconhecer esta não separação estanque entre o interior e o exterior é que definimos as políticas externas do governo Frondizi, como parte de projetos de desenvolvimento mais amplos que visava à construção de um capitalismo autônomo. Dessa forma, as estratégias de inserção internacional e o papel do Brasil nestas, se inseriam em uma perspectiva de superação do subdesenvolvimento, que por possuir princípios e objetivos comuns aos governos brasileiros permitiam a aproximação entre os dois países.

A política externa do governo Frondizi e a relação com o Brasil

A política exterior argentina ao longo de sua história sempre viveu uma tensão entre o desejo de autonomia e a adesão direta aos interesses das grandes potências. No século XIX e na primeira metade do século XX, houve o predomínio da adesão direta aos interesses britânicos, baseado no modelo agroexportador de desenvolvimento. Já da segunda metade dos anos 1940 a segunda metade dos anos 1950, a política externa argentina fora conduzida ao isolacionismo pela Terceira Posição adotada pelo peronismo.

A partir de 1955, com a derrubada de Perón pela Revolução Libertadora, houve uma mudança radical que representou o abandono da concepção que via na Grã-Bretanha a grande potência mundial, bem como, da própria posição de independência do peronismo. Conforme Paradiso, “a política externa da Revolução Libertadora se caracterizou por um perfil relativamente baixo e a adesão franca às atitudes dos Estados Unidos” (PARADISO, 2005, p.198). Assim, inaugurava-se o alinhamento automático com os Estados Unidos nos marcos da Guerra Fria, o que significava o predomínio de uma concepção segundo a qual a Argentina tinha um papel secundário no cenário mundial. Esta concepção sofreria uma ruptura com a posse de Arturo Frondizi como presidente da Argentina em maio de 1958.

A eleição do presidente Arturo Frondizi representou o fim da hegemonia liberal conservadora. Porém, os limites do processo que conduziu a vitória do candidato da UCRI e os tensionamentos que marcaram a tentativa de golpe de não dar posse ao presidente eleito por parte do *gorillismo*, a extrema direita, representaram um desafio para o novo governo.³ Estes desafios se agravaram com a própria situação econômica do país, onde o crédito estava totalmente esgotado e a balança de pagamentos acusava um déficit progressivo.⁴ Ao mesmo tempo, o poder de compra da classe trabalhadora era destruído pela inflação e pela perda do valor aquisitivo de seus salários e o aumento das indústrias de consumo requeria cada vez mais matérias primas e combustíveis. Para agravar a situação havia um verdadeiro muro que separava a Argentina dos centros de investimento. Desta forma, “*el país carecía de toda perspectiva de superar las dificultades naturales que le creaban una estructura económica renga y una situación financiera catastrófica*” (GÓMEZ, 2004, p.53).

Era necessário superar esta realidade. Para isso era fundamental um novo rumo para a política externa para a Argentina, um rumo que abrisse uma brecha para a entrada de capitais, gerando uma acelerada industrialização. A política de alinhamento automático adotada pela Revolução Libertadora demonstrou-se incapaz disso. Ao mesmo tempo, era necessário retomar os pontos de vistas positivos da terceira posição adotada pelo peronismo. Assim, Frondizi inauguraria a sua forma de Política Externa Independente.

A política externa do governo Frondizi, partindo destas premissas históricas, aliava a tradição peronista de autonomia com a necessidade de desenvolvimento. Dessa forma a política externa era colocada a serviço do *desarrollismo* e as suas principais justificativas partiam de duas críticas fundamentais: a da idéia de economias complementares e a do conceito da divisão do trabalho em escala internacional.

Para Frondizi, a ideia liberal de economias complementares “em realidade não significa mais do que a dependência e a relegação de país produtor de certa classe de matérias-primas em face das nações industrialmente desenvolvidas e financeiramente poderosas”. Já o conceito da divisão do trabalho em escala internacional, base da teoria liberal das vantagens comparativas⁵, produzia uma norma no qual “havia países predestinados a produzir determinadas mercadorias, e esse destino não podia ser modificado em razão das perturbações econômicas que poderiam ocorrer”. Conforme o presidente, “esses princípios econômicos, em sua realização prática, só têm servido como elementos ideológicos de sujeição e dependência dos países no processo de desenvolvimento (subdesenvolvimento), para benefício dos países imperialistas” (FRONDIZI, 1958, p.63-65).

Assim, a defesa da industrialização, base do *desarrollismo*, era grande guia da política externa frondizista, o que representava uma ruptura com a política exterior da Revolução Libertadora e da tradição agroexportadora das primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, constituía-se em uma nova política externa a serviço de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico, buscado através da industrialização a partir dos investimentos estrangeiros. Esta busca por investimentos estrangeiros, diferentemente do que fora concebido pelo governo de Aramburu, deveria ser aliada a tradição, advinda do peronismo, de independência da política externa argentina.

A posição de independência era vista não somente como uma alternativa ao alinhamento automático com os Estados Unidos do período anterior, mas também como uma negação a qualquer tipo de imperialismo. Para o presidente Frondizi, mesmo, que a luta entre as nações imperialistas tenha permitido “certo grau de desenvolvimento independente da nação (...), não se deve crer que dita luta nos traga grandes possibilidades, mesmo que exerça alguma influencia no curso dos acontecimentos”, pois, “não existem imperialismos bons ou maus, dado que todos são maus”. (FRONDIZI, 1958, p.102)

Frondizi também destaca às rivalidades regionais criadas pela ação dos imperialismos:

É necessária uma orientação de independência em relação aos grupos imperialistas, pois os choques entre estes tem tido conseqüências nos países latino-americanos, levando-os a eventuais contendas – como ocorre entre Peru e Equador – ou diretamente à guerra, tal o caso do conflito bélico entre Paraguai e Bolívia (Guerra do Chaco). Não se pode deixar de mencionar os atritos surgidos entre a Argentina e o Brasil. Esses atritos, que em tempos idos estavam correlacionados com a política dos centros coloniais, foram posteriormente estimulados pelas potências imperialistas que lutam entre si por supremacias de posições. A animadversão e os desentendimentos entre os países da América Latina tem sido um dos nossos grandes males, pois somente através da unidade de nossos povos será possível uma ação emancipadora. Dividir para reinar, foi sempre o princípio que orientou a ação imperialista. (FRONDIZI, 1958, p.102).

Dessa forma, o governo argentino “têm que se apoiar em uma política internacional de amizade com todos os povos, mas principalmente, de ampla fraternidade com a América Latina” (FRONDIZI, 1958, p.141). Aqui, destaca-se a aproximação com o Brasil.

A história das relações exteriores de Brasil e Argentina pode ser definida como um processo marcado pela tensão entre os momentos onde vigoraram projetos autônomos de inserção internacional e outros momentos em que vigoraram projetos de simples adesão as potencias hegemônicas. Estes diferentes momentos também consistiram em uma marca das relações entres os dois países que, ao longo de suas histórias pós-independências, oscilaram entre a aproximação e a rivalidade.

Estes momentos de rivalidade e aproximação não necessariamente caminharam juntamente com aqueles em que estes países adotaram tal ou qual modelo, ou seja, não há na uma constante na história das relações internacionais de Brasil e Argentina que aponte para a ligação entre a implantação de projetos autônomos de inserção internacional e a aproximação, nem, tampouco, há uma ligação direta entre os projetos de adesão as potencias hegemônicas e os momentos de rivalidade. Isto pode ser visto na formação da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai (1865-1870) ou no Pacto ABC⁶, quando a diplomacia argentina aliava-se incondicionalmente a Grã-Bretanha, ou, no caminho inverso, nas diferentes e divergentes posições assumidas pelos governos Vargas no Estado Novo e pelo governo Perón nos debates da Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra.⁷

Entre 1955 e 1958, Brasil e Argentina tinham uma mesma concepção norteadora para suas relações internacionais, porém, isto não representou uma proximidade entre os dois países. Este fato se explica na medida em que, tanto o governo da Revolução Libertadora, nascida da derrubada de Perón, quanto do presidente Café Filho e, num primeiro momento, o governo de Juscelino Kubitschek, adotaram o modelo de desenvolvimento associado que preconizava um capitalismo dependente que correspondia, conforme Ianni, “a uma aceitação ampla das relações de complementaridade e interdependência, organizadas segundo as exigências da economia política do imperialismo” (IANNI, 1988, p.100). Assim, Brasil e Argentina disputavam a posição de “aliado preferencial” dos EUA na América do Sul.

As mudanças na política externa argentina proposta pelo governo Frondizi, bem como a nova orientação adotada pelo governo Juscelino Kubitschek a partir de 1958, propiciaram uma nova aproximação entre os dois países iniciada com a visita do, ainda não empossado, presidente eleito da Argentina, Arturo Frondizi, ao Brasil em janeiro de 1958.

Esta visita se deu entre os dias 8 e 11 de abril, a convite do presidente Juscelino Kubitschek e foi cheia de homenagens, entre estas podemos destacar as que foram feitas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Além da capital, Rio de Janeiro, Frondizi esteve também em São Paulo. Significativos foram os discursos pronunciados pelos presidentes em almoço realizado no Palácio do Itamarati, onde prenunciaram “uma fase mais dinâmica e mais fecunda nas relações políticas e econômicas entre os dois países”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958. p.225)

Alguns trechos do discurso do presidente Juscelino Kubitschek demonstram o emergir de uma nova etapa nas relações entre Brasil e Argentina:

(...) A nossa fraternidade que a vizinhança explica e que tantas afinidades naturais tornam evidentes (...) é um sentimento novo, que anuncia, uma hora inaugural do convívio dos dois povos, um sentimento mais vivo, um desejo de compreensão mais profundo, que torna extremamente tocante o momento que vivemos. (...) hoje, precisamente neste instante em que lhe dirijo, Sr. Presidente Frondizi esta saudação, há de fato entre o seu e o meu país um elo a mais, um entendimento mais profundo, um fervor bem maior do que houve em qualquer outro tempo. (...) a Argentina e o Brasil, uma em face do outro, não se sentem mais os mesmos.

Nasceu neste momento da nossa existência um desejo mais profundo, uma aspiração mais generosa ainda do que a antiga que presidiu às nossas boas e tradicionais relações. Somos como dois irmãos que se reconhecem melhor que se sentem mais solidários depois que amadureceram, que conheceram perigos, que tiveram de passar por sofrimentos que mais humanizam e elevam os povos do que todas as prosperidades fáceis. Não somos mais simples países jovens, que disputam alegremente o privilégio da vida fácil e da fácil prosperidade. A Argentina e o Brasil conheceram horas difíceis e conhecem-na ainda: tiveram que lutar pela sua sobrevivência e combater a favor da democracia, ameaçada até mesmo pelas forças ainda obscuras da própria democracia; foram obrigados a reconhecer, com humildade, as suas limitações; perderam, o que é um sinal de cultura – a confiança excessiva na sua própria intangibilidade e, hoje, apresentam-se revigorados e renovados, mas bem, mais conscientes, animados por uma esperança capaz de enfrentar as muitas razões de temer e descreer, que a atual conjuntura oferece.

(...) Peço-lhe, presidente Frondizi, que deste encontro (...) levar V.Exa. a certeza de que tudo o que acontece em seu nobre país é acompanhado com o maior e o mais cordial interesse pelo Brasil; que consideramos o progresso, os êxitos, as vitórias da nação Argentina como os de um membro muito e muito próximo da nossa família. Creia que o Brasil se orgulha muito da Nação-irmã Argentina e sofre com os seus sofrimentos e vive as suas horas difíceis com um sentimento de sincera e total solidariedade. (KUBITSCHKEK apud INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p.226-230)

Como podemos ver, o presidente Juscelino Kubitschek buscou naquilo que era comum a Brasil e Argentina a justificativa o “sentimento novo” de proximidade dos dois países. A mesma direção será tomada pelo presidente Arturo Frondizi quando de seu discurso:

Os argentinos muito têm em comum com o Brasil: a raça, a história, a religião, as instituições. Inspiram-nos idênticos ideais de realização nacional, de progresso social e de respeito pelo ser humano. Sentimos como se fossem nossos os esforços que o Brasil realiza no campo da técnica, da ciência ou da cultura, é um triunfo também nosso, um triunfo americano. Como o Brasil, o povo argentino considera que as pessoas e os direitos humanos são sagrados.

(...) Sabemos que do outro lado das nossas fronteiras não está um inimigo que nos vai atacar, mas sim um irmão que nos proteja os flancos. (FRONDIZI apud INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p. 230-237)

Esta aproximação referida nas palavras do presidente argentino não era somente pragmática, mas também ideológica baseada no seu modelo *desarrollista* que começaria a implementar alguns meses depois. Este modelo, uma variação do desenvolvimentismo que o governo Juscelino Kubitschek estava implementando no Brasil, buscava uma aceleração da

industrialização como forma de superação⁸ da economia agro-exportadora em decadência devido à deterioração dos termos de troca.

A proximidade entre o *desarrollismo* frondizista e o nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, em termos de política externa se fez mostrar no apoio imediato da Argentina a Operação Pan Americana lançada pelo presidente brasileiro em junho de 1958. A idéia de que somente o desenvolvimento pode livrar os países latino-americanos da instabilidade política era comum a concepção de ambos os presidentes.

Esta concepção comum de desenvolvimento e a aproximação, por sua vez, não deixam escapar algumas diferenças que marcaram as políticas externas daqueles governos. Enquanto o presidente brasileiro desenvolve uma concepção pragmática, com uma feição mais economicista, ao molde da barganha nacionalista de Vargas, o presidente Frondizi esboça alguns conceitos básicos de uma Política Externa Independente. Em que pese, os posicionamentos comuns adotados por Brasil e Argentina nas Reuniões de Consulta dos Chanceleres da Organização dos Estados Americanos na Costa Rica, em agosto de 1960, bem como, a crítica de ambos a falta de consistência do Plano Eisenhower, a política externa frondizista, mesmo tendo como centro o *desarrollismo*, possuía uma conotação mais ideológica. Este fato a tornará mais próxima da Política Externa Independente adotada pelo Brasil a partir do governo de Jânio Quadros quando a aproximação entre os dois países não só teve continuidade como ganhou um maior impulso.⁹

O auge deste processo de aproximação entre Brasil e Argentina foi o Encontro de Uruguaiana, realizado nos dias 20, 21 e 22 de abril de 1961. Na ocasião reuniram se os presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros, os chanceleres Diógenes Taboada, da Argentina, e Afonso Arinos de Mello Franco, do Brasil, o embaixador argentino no Rio de Janeiro, Carlos Manuel Muñiz, e o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Aguinaldo Boulitreau Fragoso, além de ter sido acompanhado por uma numerosa comitiva de ambos os países.¹⁰

O Encontro de Uruguaiana não somente fora um episódio simbólico do desejo de deixar para trás anos de competição e rivalidade entre os países e para versas sobre o desenvolvimento das relações bilaterais de Brasil e Argentina, mas também, para a coordenação de uma ação internacional conjunta frente às grandes potências, nos organismos internacionais e instituições multilaterais de financiamento. Os presidentes também discutiram a colaboração de ambos os países na ONU, o conflito entre Peru e Equador, o intercâmbio comercial entre os dois países, questões culturais e de intercâmbio científico, bem como, a questão cubana e como os países deveriam se posicionar diante desta. Tais preocupações deram origem a Declaração de Uruguaiana.

A Declaração Conjunta sobre Cooperação Política, também chamada de Declaração de Uruguaiana, consistiu na afirmação dos pontos comuns das políticas externas independentes dos dois países. Autodeterminação dos povos, não-intervenção, desenvolvimentismo, universalização das relações comerciais, crítica a deterioração dos termos de troca, desejo de industrialização, busca da integração latino-americana, valores consagrados pela atuação internacional do governo Frondizi e apresentados como referências para a ainda embrionária política externa independente do governo Jânio Quadros, são afirmados no documento como princípios básicos de um programa de atuação conjunta de Brasil e Argentina nas questões internacionais.

O Encontro de Uruguaiana, bem como, a Declaração Conjunta, representou o desejo de unidade entre dois países que buscavam ser protagonistas no cenário internacional. Mas, mais do que isso definiu uma posição comum a Brasil e Argentina nos dilemas enfrentados no contexto hemisférico, sobretudo, a questão cubana.

A unidade entre Brasil e Argentina foi preservada mesmo com a queda de Jânio Quadros. O governo João Goulart manteve o desejo de aprofundar as relações entre os dois países. A manutenção e o maior aprofundamento da política externa independente pelo

gabinete parlamentarista de Tancredo Neves, tendo a frente do Ministério das Relações Exteriores Francisco Clementino de San Tiago Dantas, mantinham o sentido estratégico das relações com a Argentina. Porém, a radicalização do conflito EUA- Cuba colocava-se como um teste fundamental a aproximação entre Brasil e Argentina. O momento mais tenso foi a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, realizada em Punta del Este, no Uruguai, entre os dias 23 e 30 janeiro de 1962.

Em meio aos preparativos a esta reunião, diante das pressões norte-americanas, o chanceler brasileiro San Tiago Dantas, em novembro de 1961, viajou a Argentina para reunir-se com o chanceler argentino Miguel Angel Cárcano. A reunião ocorreu dentro dos marcos do sistema de consultas recíprocas estabelecido pela Declaração de Uruguaiana, que fora reafirmada na ocasião. (CERVO; BUENO, 2002, p. 331)

Ao final do encontro, os ministros Dantas e Cárcano assinaram uma declaração conjunta, na qual, além de constarem a preocupação dos dois países com a corrida armamentista, com a questão nuclear, a satisfação com a integração entre Brasil e Argentina, bem como, a própria integração latino-americana, evitando explicitar a questão cubana, declararam os princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos.¹¹ A Declaração San Tiago – Cárcano, pode ser considerado, juntamente com a Declaração de Uruguaiana, documento fundamental para demonstrar as afinidades de princípios das políticas externas independentes de Brasil e Argentina. Com tamanha afinidade não era difícil constatar que ambos os países chegassem unidos pelo menos no que fosse fundamental na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA.

Assim, diante de pressões internas e externas, os governos de Brasil e Argentina se encaminharam para a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, que ao que tudo indicava seria o mais importante fórum de debates da organização desde a sua criação.

Desde o início da VIII Reunião de Consulta formou o chamado Grupo dos Sete, que sob a liderança de Brasil e México, se opunham as sanções ou o rompimento de relações com Cuba. Também constituíam este grupo Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Haiti. Cabe destacar as importantes contribuições do chanceler brasileiro, San Tiago Dantas, na apresentação da proposta de “finlandização de Cuba”, que visava estabelecer um estatuto de relações entre Cuba e os demais países do Hemisfério.¹² A proposta visava à transformação da ilha caribenha em “em Estado neutro, a partir de um ‘tratado de obrigações negativas” (NETO, 2005, p. 139). Também cabe destacar a contribuição do chanceler argentino, Miguel Angel Cárcano, por formular a posição de defesa do direito interamericano, em contraposição ao rompimento de relações diplomáticas ou a exclusão de Cuba da OEA.

Para que a exclusão de Cuba da OEA fosse aprovada era necessário que um país do Grupo dos Sete mudasse de posição, este país acabou sendo o Haiti. Conforme Moniz Bandeira, esta mudança de posição ocorreu “depois que Rusk e DeLesseps S. Morrison prometeram financiamento de US\$ 5 milhões para a construção do aeroporto de Port-au-Prince” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.368). Neto (2005), complementando a informação, lembra que “Schlesinger Jr afirma que foram os haitianos quem chantagearam os Estados Unidos” (p.142). Independente de onde partiu o suborno, o certo é que o Haiti tornou-se o 14º voto que o governo norte-americano necessitava.

Assim, Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México votaram de forma unificada, em abstenção a proposta de exclusão de Cuba da OEA. Os resultados práticos da exclusão do governo cubano do sistema interamericano, o que não representa rompimento de relações, levaram-no, conforme alertaram o presidente argentino Frondizi e o chanceler brasileiro San Tiago Dantas, a uma maior aproximação com a URSS. Ao mesmo tempo, em 5 de fevereiro de 1962, diante de uma multidão, em um ato público que contava com a presença de Lázaro Cárdenas, ex-presidente do México, o senador e líder do Partido Socialista Chileno,

Salvador Allende, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas e membro do Partido Socialista Brasileiro, e Vivian Trias, secretário-geral do Partido Socialista Uruguaio, Fidel Castro lançou a Segunda Declaração de Havana que afirmava que “o dever de todo o revolucionário e fazer a revolução” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.373). Esta declaração consistia numa grande incitação à luta armada e à formação de guerrilhas contra o imperialismo e os governos nacionais que o apoiavam. A partir de então Cuba iria intensificar o apoio à luta armada na América Latina.¹³

Na Argentina, a posição do governo Frondizi em Puta Del Este, radicalizou ainda mais os setores *gorillistas* das Forças Armadas.¹⁴ Estes “interpretaram o episódio como prova definitiva da orientação subversiva e marxista de um governo que já tinham condenado”(PARADISO, 2005, p. 205). Aqui cabe referir que nem o presidente Frondizi, nem mesmo seu grande parceiro intelectual Rogélio Frigerio, eram marxistas naquele contexto. Frigerio, assim como o presidente fora simpático ao Partido Comunista na juventude, fazendo inclusive parte de seu quadro militante, mas, distanciou-se deste ao longo dos anos 1950. O próprio *desarrollismo*, apesar de utilizar alguns conceitos de origem marxista, não tem em sua base fundamental um objetivo revolucionário como aquele proposto por Marx e Engels, configurando-se como um projeto reformista dentro dos marcos da construção de um capitalismo nacional.¹⁵ Porém, na radicalização assumida pela luta de classes, os *gorillistas* faziam questão de ressaltar este passado procurando atualizá-lo como argumento para justificar os ataques a política externa independente frondizista. O voto argentino também foi considerado pelos *gorillistas* como “*una subestimación de la oposición de la opinión pública y de los militares argentinos*” (ESCUDE; CISNEROS, 2000). A partir destas críticas, as Forças Armadas passaram a exigir do presidente argentino a ruptura imediata das relações com Cuba e a demissão do chanceler Miguel Angel Cárcano.

Diante de tamanha pressão, surpreendentemente, o presidente Frondizi anunciou a ruptura das relações diplomáticas entre Argentina e Cuba, em 8 de fevereiro de 1962, apenas cinco dias após ter reafirmado a posição da delegação argentina na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos no famoso Discurso de Paraná. Tal medida se demonstrou frustrada a curto e médio prazo, os efeitos negativos internos ao governo argentino, como a renúncia do chanceler Miguel Angel Cárcano em oposição ao rompimento com Cuba, foram mais drásticos do que os ganhos deste em relação a um recuo do golpismo por parte do *gorillismo*.

Bastou o levantamento da proscrição do peronismo, que no entendimento do governo argentino concretizaria a democracia no país, o avanço eleitoral deste e dos aliados do governo, em menor grau, bem como, a significativa derrota dos conservadores UCRP, que havia se tornado o bastião político do *gorillismo*, para que o Golpe fosse dado e o presidente Frondizi deposto em 29 de março de 1962.

A derrubada do presidente Frondizi e a retomada pelo governo de José Maria Guido do alinhamento automático com os Estados Unidos significaram um duro golpe na unidade de Brasil e Argentina, que pôde ser vista no episódio da Crise dos Mísseis. Ao mesmo tempo, levou o governo de João Goulart ao isolamento, fragilizado internacionalmente, este seria deposto em 31 de março de 1964.

Conclusão:

Como pode ser observado, o Brasil possuiu um papel central na estratégia de inserção internacional da política externa do governo de Arturo Frondizi. Na busca pela superação da crise estrutural, que impunha limites significativos ao desenvolvimento do país, o governo frondizista encontrava na integração latino-americana uma perspectiva de saída para o

subdesenvolvimento. Desta forma, o Brasil, como sua importância regional, ocupava um lugar de destaque.

Assim, o governo Frondizi iniciou uma forte aproximação com o governo de Juscelino Kubitschek, não somente pela já destacada importância do país vizinho, mas também, pela proximidade ideológica do projeto *desarrollista* com o nacional-desenvolvimentismo que vinha sendo colocado em prática no Brasil. Porém, do ponto de vista da política externa, é na Política Externa Independente, adotada por Janio Quadros e seguida por João Goulart, que o frondizismo encontra uma maior afinidade no cenário internacional. Naquela conjuntura, as políticas externas de Brasil e Argentina tiveram como pontos em comum os princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, o desenvolvimentismo, a universalização das relações comerciais, a crítica a deterioração dos termos de troca, o desejo de industrialização e a busca da integração latino-americana. Assim, a adoção de políticas externas independentes constituiu o principal pilar da aproximação entre os dois países.

Em que pese o posterior distanciamento de Brasil e Argentina com o governo de José María Guido e depois com os governos ditatoriais, a aproximação ocorrida ao longo do governo Frondizi deixou raízes profundas nas diplomacias de ambos os países, sendo retomada pelos governos dos presidentes Raul Alfonsín e José Sarney, e mais recentemente pelos governos de Nestor Kirchner e Cristina Kirchner, na Argentina, e do presidente Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil.

Referências bibliográficas:

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A experiência do desarrollismo de Arturo Frondizi na Argentina (1958-1962). In: DI MARCO, Luis Eugênio & ILHA, Adair da Silva. *Los Planes Esperanza del Humanismo Económico: el continente indoamericano, una expresión solidaria, un testimonio histórico*. Tomo I. Santa Maria-RS/Córdoba-ARG: UFSM/Ediciones CIEC, 2010.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Brasil, Argentina e a Questão Cubana (1959-1964): quando a independência faz a união*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria-RS: MILA-UFSM, 2009a.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. O intelectual como presidente: *desarrollismo* e política externa na Argentina de Arturo Frondizi (1958-1962). In: SILVEIRA, Helder Godim da; ABREU, Luciano Aronne de; MANSAN, Jaime Valim. *História e Ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo-RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2009b.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, nº 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, janeiro-junho de 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DIAZ, Fanor. *Conversaciones con Rogelio Frigerio*. Buenos Aires – ARG: Hachette, 1977.

ESCUDE, Carlos; CISNEROS, Andrés (Dir.). *Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas*. Tomo XIII: Las relaciones políticas, 1943-1966. Buenos Aires, 2000. Disponível

via URL em: http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/historia_indice13.htm. Acesso em 16/04/2008

FRONDIZI, Artur. *A Luta Antiimperialista: etapa fundamental do processo democrático na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1958.

GÓMEZ, Albino. *Arturo Frondizi: el último estadista. La vigencia de un proyecto de desarrollo*. Buenos Aires: Ediciones Lumieri, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Encontro entre os presidentes do Brasil e da Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Visita do presidente da nação argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1958.

MENOTTI, Emilia. *Arturo Frondizi*. Buenos Aires - ARG: Planeta, 1998.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÈMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

NETO, Hélio Franchini. A política externa independente e, ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

PARADISO, José. 2005. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAPOPORT, Mario & MADRID, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, Amado Luiz & RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

RÈMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

SALLES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SAYAD, João; SILBER, Simão Davi. Comércio Internacional. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (Org.) *Manual de Economia*. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

SETTEMBRINI, Domenico. Reformismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GIANFRANCO. *Dicionário de política*. Volume 2. 14 ed. Brasília- DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SIKKINK, Kathryn. *El proyecto desarrollista em La Argentina y Brasil: Frondizi y Kubitschek*. Buenos Aires-ARG: Siglo XXI – Editora Iberoamericana, 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

¹ – CAFW/UFSM

² As referências a Rémond encontram-se especialmente na introdução e no capítulo 1, intitulado “Uma história presente”, de RÈMOND (2003).

³ A eleição de Frondizi foi fruto de uma série de limitações, sendo a mais evidente a dependência dos votos peronistas para se eleger, a partir do Pacto Perón-Frondizi, onde o então candidato a presidência Arturo Frondizi se comprometeu em levantar a proscrição imposta ao movimento Peronista desde a Revolução Libertadora de 1955. Ao mesmo tempo, a posse de Arturo Frondizi, somente, foi garantida após uma longa negociação com os militares, o que acabou levando a tutela destes ao futuro governo. Sobre o governo Frondizi podemos ver: BOTEGA (2009b); BOTEGA (2010).

⁴ Sobre as condições da economia argentina quando da posse do presidente Arturo Frondizi ver: GÓMEZ, 2004. P. 52.

⁵ A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo e parte da seguinte consideração: uma nação exportará sempre aqueles produtos que fabricar com custos relativamente menores que de outras e importará os produtos nos quais tenha custos relativamente maiores, o que trará vantagens para ambas às nações. Esta teoria também é conhecida com a teoria clássica do comércio internacional e constituiu-se como base do paradigma liberal das relações internacionais. Esta teoria sofreu inúmeras críticas e considerações desde a segunda metade do século XIX, não somente no campo do marxismo ou do keynesianismo, mas também, dentro do próprio liberalismo. Ver: SAYAD; SILBER, (2006).

⁶ O Pacto ABC foi parte da política externa adotada pelo Brasil na gestão de Rio Branco a frente do Ministério das Relações Internacionais que visava uma maior ingerência do país na América do Sul. Desta forma, houve uma aproximação entre as diplomacias de Argentina, Brasil e Chile cuja culminância foi à assinatura do Tratado do ABC em 1915. Ver: CERVO; BUENO, 2002, p.195-196. RAPOPORT; MADRID, 1998.

⁷ Uma análise dos avanços e recuos das relações Brasil-Argentina pode ser visto em: CANDEAS, 2005.

⁸ Sobre a relação entre o *desarrollismo* frondizista e o nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek ver o importante estudo de Sikkink (2009).

⁹ Um importante estudo sobre a Política Externa Independente adotada pelo Brasil a partir do governo Janio Quadros pode ser visto em: VIZENTINI (2004). Uma ampla documentação da PEI também esta disponível na obra de San Tiago Dantas (1962).

¹⁰ Uma ampla documentação sobre o Encontro de Uruguiana pode ser vista em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1961.

¹¹ A íntegra da Declaração San Tiago – Cárcano encontra-se disponível no livro de San Tiago Dantas. Ver: DANTAS, 1962, p. 39-40.

¹² No imediato pós-Segunda Guerra, diante da instabilidade política vivida, a Finlândia estabeleceu um acordo de amizade, cooperação e assistência mútua com a URSS que colocou o país como uma espécie de tampão entre o bloco socialista e o bloco capitalista na Europa.

¹³ Sobre o apoio cubano a luta armada no Brasil ver: ROLLEMBERG, 2001. SALLES, 2007. GORENDER, 1998. REIS FILHO, 1990.

¹⁴ O termo *gorillismo* é utilizado desde os tempos do primeiro governo Perón para designar a extrema-direita. Conforme Botega (2009a): “O presidente Frondizi sofreu, ao longo de seu governo, um duplo tensionamento constante. De um lado, estava à extrema-direita *gorillista*, que avaliava o governo como simpático ao peronismo e ao comunismo. De outro lado, o extremismo peronista, que via o presidente como um traidor, sobretudo, do pacto feito com Perón as vésperas da eleição presidencial. Numa conjuntura em que ambas as posições buscavam a desestabilização do governo, o presidente tentava colocar em prática o *desarrollismo*, hora tentando agradar os *gorillas*, hora tentando agradar os peronistas, mas sempre buscando ser uma alternativa a esta polarização.” (p.36).

¹⁵ Aqui entendemos reformismo dentro da acepção proposta por Domenico Settembrini, segundo o qual Reformista “é o movimento que visa a melhorar e a aperfeiçoar, talvez até radicalmente, mas nunca a destruir, o ordenamento existente, pois considera valores absolutos da civilização os princípios em que ele se baseia, mesmo que sejam numerosas e ásperas as críticas que, em situação particular, se possa dirigir ao modo concreto como tais princípios se traduzem na prática”. Ver: SETTEMBRINI, 2004, p. 1077. A formação política de Arturo Frondizi e Rogélio Frigerio é destacada por Menotti (1998) e no intenso diálogo que Frigerio teve com Fanor Diaz, publicado em 1977. Ver: DIAZ (1977).